



FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DO XINGU E AMAZÔNIA
BACHARELADO EM DIREITO

EDERSON DE SOUSA GAMA
KAWANE FERREIRA MOURA
MARIA ANTONIA ALMEIDA GONÇALVES DE ANDRADE
NATASHA FAIN DOS SANTOS LIMA
SAULO THACIO DA SILVA COSTA

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
A (IN)EFICÁCIA DO ESTADO**

Altamira - Pará

2026



FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DO XINGU E AMAZÔNIA
BACHARELADO EM DIREITO

EDERSON DE SOUSA GAMA
KAWANE FERREIRA MOURA
MARIA ANTONIA ALMEIDA GONÇALVES DE ANDRADE
NATASHA FAIN DOS SANTOS LIMA
SAULO THACIO DA SILVA COSTA

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
A (IN)EFICÁCIA DO ESTADO**

Artigo apresentado na faculdade FACX como
requisito para obtenção de nota na disciplina:
Experiência Aplicada do 5º período do curso
Bacharel em Direito.

Orientador: Jarson Ariday

Altamira - Pará

2026



RESUMO

O presente artigo aborda a persistente problemática da violência de gênero, com enfoque crítico na ineficácia das políticas públicas atuais e na dificuldade do Estado em garantir a proteção efetiva e imediata das vítimas. Apesar dos avanços legislativos das últimas décadas, a lacuna existente entre a norma protetiva e a sua execução prática expõe a vulnerabilidade de quem busca amparo, evidenciando uma falha estrutural no acolhimento e na resposta rápida das autoridades. Diante deste cenário de omissão e lentidão estatal, este trabalho apresenta uma proposta de intervenção tecnológica e social por meio da criação do aplicativo "Árvore da Vida". A ferramenta foi idealizada para atuar de forma camuflada e estratégica, dividindo-se em três frentes fundamentais: a educação contínua para desconstruir ciclos de violência; a conscientização da sociedade sobre os direitos e sinais de abuso; e, de maneira prioritária, um mecanismo de acionamento de urgência para assegurar a pronta intervenção do Estado. Conclui-se que a integração entre inovação tecnológica e segurança pública é uma medida indispensável para mitigar a ineficiência estatal, transformando a garantia legal em uma realidade acessível, discreta e instantânea para a preservação da vida.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Políticas Públicas; Ineficácia do Estado; Aplicativo Árvore da Vida; Acesso à Justiça.

ABSTRACT

This article addresses the persistent problem of gender-based violence, with a critical focus on the ineffectiveness of current public policies and the State's difficulty in guaranteeing the effective and immediate protection of victims. Despite legislative advances in recent decades, the existing gap between protective norms and their practical implementation exposes the vulnerability of those seeking support, highlighting a structural failure in the reception and rapid response of the authorities. Faced with this scenario of state omission and slowness, this work presents a proposal for technological and social intervention through the creation of the "Árvore da Vida" application. The tool was designed to operate in a camouflaged and strategic way, divided into three fundamental fronts: continuous education to deconstruct cycles of



violence; raising awareness in society about rights and signs of abuse; and, as a priority, an emergency activation mechanism to ensure prompt state intervention. It concludes that the integration between technological innovation and public security is an indispensable measure to mitigate state inefficiency, transforming legal guarantees into an accessible, discreet, and instantaneous reality for the preservation of life.

Keywords: Gender Violence; Public Policies; State Ineffectiveness; Árvore da Vida App; Access to Justice.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
AS LEIS QUE PUNEM A VIOLÊNCIA DE GÊNERO	7
A ILUSÃO DE SEGURANÇ: A MEDIDA PROTETIVA COMO “ESCUDO DE PAPEL” E A OMISSÃO DO ESTADO.	8
A RAIZ DO PROBLEMA: A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL COMO ESTRUTURA DA VIOLÊNCIA	8
CONCLUSÃO: A TECNOLOGIA COMO ESCUDO E A EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA	10
REFERÊNCIAS	11



INTRODUÇÃO

A nossa Constituição de 1988 traz uma promessa muito forte logo no seu artigo 1º, inciso III: a dignidade da pessoa humana como a base de todo o nosso ordenamento jurídico. Na prática, isso significa que o Estado assumiu o compromisso inegociável de garantir que cada pessoa viva com segurança, respeito e integridade. No entanto, quando olhamos para a realidade da violência de gênero no Brasil, percebemos que existe um abismo doloroso entre o que está escrito na lei e o que acontece dentro de muitas casas.

Apesar dos avanços nas políticas públicas, o Estado ainda esbarra na própria burocracia. As delegacias sobrecarregadas, a lentidão no atendimento e a dificuldade de garantir as medidas protetivas mostram um sistema que, muitas vezes, chega tarde demais. E quando o Estado se mostra ineficaz na hora de proteger quem está em perigo iminente, ele não apenas falha administrativamente; ele permite a violação direta daquele princípio da dignidade humana e do direito mais sagrado de todos, que é a vida.

É exatamente para preencher essa lacuna de proteção, onde o poder público não consegue chegar a tempo, que este artigo propõe uma solução prática: o aplicativo "Árvore da Vida". A lógica por trás dessa ferramenta é muito simples e urgente, nascida da necessidade de defender a vida a qualquer custo. Projetado para funcionar de forma camuflada no celular como se fosse apenas mais um aplicativo de delivery, para não despertar a desconfiança do agressor, o "Árvore da Vida" atua em três frentes essenciais. Ele educa sobre os ciclos de violência, conscientiza as vítimas sobre seus direitos e, principalmente, oferece um botão de socorro silencioso e instantâneo.

O objetivo deste trabalho é mostrar que, diante da lentidão do sistema tradicional, precisamos de alternativas que ajam na mesma velocidade da urgência da vítima. A tecnologia, aqui, entra como um escudo invisível. Se o Estado não consegue estar fisicamente presente em todos os lugares, a inovação tecnológica pode ser a ponte que transforma a promessa constitucional da dignidade humana em uma realidade concreta, acessível e, acima de tudo, capaz de salvar vidas com um simples toque na tela.



AS LEIS QUE PUNEM A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ENTRE O AVANÇO NORMATIVO E O DESAFIO DA EXECUÇÃO

Quando analisamos o cenário jurídico brasileiro no combate à violência de gênero, é inegável que o país possui um dos arcabouços legislativos mais avançados do mundo. O grande divisor de águas foi, sem dúvida, a sanção da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Muito além do caráter punitivo, essa legislação foi revolucionária por tirar o problema da esfera privada do antigo ditado "em briga de marido e mulher não se mete a colher" e transformá-lo em uma questão de segurança pública e direitos humanos. A lei inovou ao reconhecer que a agressão não deixa apenas marcas visíveis, tipificando as violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Na esteira desse avanço, o legislador continuou tentando fechar o cerco contra a impunidade. Tivemos a aprovação da Lei do Femicídio (Lei nº 13.104/2015), que passou a qualificar o homicídio cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, reconhecendo o ódio de gênero como um agravante letal. Mas recentemente, o Código Penal foi atualizado para abraçar condutas que antes ficavam em zonas cinzentas, criminalizando a importunação sexual, a violência psicológica e o crime de perseguição, conhecido como *stalking* (Lei nº 14.132/2021).

Contudo, é exatamente nesse ponto de evolução normativa que esbarramos no grande paradoxo que justifica a criação de ferramentas como a "Árvore da Vida". O Estado brasileiro é excelente em criar leis, mas falha gravemente na sua execução. Ter uma medida protetiva deferida por um juiz, escrita em um pedaço de papel, não cria um campo de força ao redor da vítima. A ineficácia estatal não reside na falta de tipificação penal, mas na ausência de estrutura, na falta de viaturas, no sucateamento das redes de apoio e, sobretudo, no tempo de resposta das autoridades.

O agressor não espera a burocracia estatal funcionar. Por isso, a lei, por si só, torna-se uma promessa vazia se não houver um braço forte e rápido para garanti-la no momento da crise. É dentro dessa falha de tempo e espaço que o aplicativo "Árvore da Vida" encontra o seu propósito. Ele não substitui a Lei Maria da Penha ou o Código Penal; pelo contrário, ele é o mecanismo tecnológico que força a lei a sair do papel. Ao permitir um acionamento silencioso e imediato, o aplicativo transforma o direito à proteção estatal em uma realidade



instantânea, garantindo que as leis que punem a violência de gênero tenham a oportunidade de serem aplicadas antes que o pior aconteça.

A RAIZ DO PROBLEMA: A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL COMO ESTRUTURA DA VIOLÊNCIA

Para compreender a ineficácia do Estado e a escalada da violência contra a mulher, é preciso dar um passo atrás e analisar o solo onde essa brutalidade germina: a desigualdade de gênero estrutural no Brasil. A agressão física ou o feminicídio não são eventos isolados e espontâneos; eles representam o ápice trágico de uma cadeia contínua de submissões, invalidações e silenciamentos. Em um país historicamente forjado sob alicerces patriarcais, a mulher ainda enfrenta barreiras invisíveis e visíveis que a colocam em posição de vulnerabilidade. Essa disparidade, que se reflete na desigualdade salarial, na sub-representação política e na sobrecarga do trabalho de cuidado, não é apenas um dado sociológico, mas uma violação contínua da igualdade material garantida pelo artigo 5º da nossa Constituição.

Essa arquitetura da desigualdade atua, muitas vezes, como o principal carcereiro das vítimas. A dependência financeira e a falta de políticas públicas que ofereçam autonomia econômica e suporte habitacional fazem com que milhares de mulheres permaneçam presas sob o mesmo teto que seus algozes. O ciclo da violência se retroalimenta dessa assimetria de poder. Quando a sociedade e o próprio Estado normalizam ou minimizam as violências patrimoniais, morais e psicológicas diárias, o agressor encontra o ambiente perfeito e impune para exercer seu domínio. A desigualdade, portanto, amordaça a vítima muito antes que o primeiro golpe físico seja desferido.

Nesse cenário, um Estado que age de forma exclusivamente reativa — esperando a integridade física ser violada para então movimentar seu maquinário punitivo — é um Estado que falha em sua missão preventiva. É exatamente por reconhecer que a violência se sustenta na desinformação e na submissão que o aplicativo "Árvore da Vida" foi idealizado para ir muito além do socorro emergencial. A inovação da ferramenta reside também em seus pilares de educação e conscientização.

Ao atuar de forma camuflada no celular, o aplicativo oferece um canal seguro para que a mulher consiga identificar os sinais sutis de controle, manipulação e abuso antes que a situação escale para a letalidade. O "Árvore da Vida" funciona, assim, como um instrumento



de emancipação: ele não apenas aciona a polícia no momento do desespero, mas entrega informação qualificada para ajudar a vítima a desconstruir a teia da desigualdade, fortalecendo-a para romper definitivamente o ciclo de violência.

CONCLUSÃO: A TECNOLOGIA COMO ESCUDO E A EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA

A análise da violência de gênero no Brasil revela um cenário onde o excesso de leis contrasta tragicamente com a escassez de proteção efetiva. Resta evidente que o desafio contemporâneo não é mais convencer o Estado a legislar sobre a violência contra a mulher, mas sim obrigá-lo a executar essas leis com a urgência que a preservação da vida exige. Enquanto a resposta estatal esbarra na burocracia, na falta de efetivo e na ilusão de que um pedaço de papel garante segurança, mulheres continuarão sendo vítimas de uma dupla violência: a crueldade de seus agressores e a negligência letal do poder público.

Nesse contexto de vulnerabilidade e de omissão institucional, a inovação não é apenas uma escolha, mas uma necessidade de sobrevivência. A proposta do aplicativo "Árvore da Vida" consolida-se exatamente nessa fratura do sistema. Ao compreender que a desigualdade de gênero silencia a vítima e que o Estado frequentemente chega tarde demais, a ferramenta subverte a lógica tradicional de denúncia. Disfarçado na tela de um celular, o aplicativo transforma um objeto cotidiano em um canal sigiloso de emancipação e socorro. Suas frentes de educação e conscientização atacam a raiz do problema, ajudando a desconstruir o ciclo de submissão, enquanto seu botão de emergência atua no momento de crise extrema, eliminando a distância entre a vítima e a viatura policial.

Conclui-se, portanto, que a defesa da dignidade da pessoa humana, pilar inegociável da nossa Constituição de 1988, não pode ser refém da ineficiência administrativa. O Direito precisa transcender os códigos e os despachos judiciais para se materializar no socorro imediato. Ferramentas como o "Árvore da Vida" demonstram que a sociedade civil e a tecnologia podem atuar de forma integrada não para substituir o Estado, mas para forçá-lo a cumprir o seu papel. Ao colocar a proteção constitucional na palma da mão e a um toque de distância, garantimos que a lei deixe de ser uma promessa teórica e se torne, finalmente, um escudo real e inquebrável a favor da vida.



REFERÊNCIAS

DEFENSORIA, Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.defensoria.rs.def.br/upload/arquivos/202303/08151200-cartilha-de-violencia-de-genero.pdf> Acessado em; 06 abr. 2026.

PLANALTO, República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acessado em; 06 abr. 2026.

PLANALTO, República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm Acessado em; 06 abr. 2026.

PLANALTO, República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acessado em; 06 abr. 2026.